



Resumo Expandido (Pôster): Eixo 1 - A Educação Básica Brasileira e Desafios da Atualidade

ENSINO DE HISTÓRIA EM CURRÍCULOS OFICIAIS: O LUGAR DA DIVERSIDADE EM DOCUMENTOS FEDERAL E ESTADUAL

Suzana Lopes Salgado Ribeiro – UNITAU/Taubaté -SP*
Guilherme Alves Barbosa – UNITAU/Taubaté -SP* *

Resumo: O presente trabalho é resultado inicial de pesquisa objetiva trazer contribuições sobre o debate da implementação da política pública de novos currículos para o ensino de história. O estudo baseia-se em uma análise dos textos de dois documentos oficiais, a saber: Base Nacional Comum Curricular – BNCC e Currículo Paulista. Em especial, com recorte no componente curricular história focando no texto referente ao sexto ano do ensino Fundamental. A leitura desses documentos analisa o lugar e os sentidos atribuídos ao significante diversidade no tocante das relações étnico-raciais. O estudo é de viés qualitativo e de caráter documental e bibliográfico. As considerações parciais apontam que tais currículos tentam fixar sentidos híbridos para o significante diversidade, silenciando e ocultando sentidos de debates e lutas históricas, ao hibridizar seus usos, de maneira que podemos compreender a escrita de tais textos em uma perspectiva da interculturalidade funcional, que indica a despolitização do processo educativo.

Palavras-chave: Política de currículo, Ensino de história, Diversidade.

Introdução

Para analisar a situação curricular brasileira, parece ser de grande importância compreender a urgência do debate sobre a implementação da política curricular. Assim, o presente trabalho propõe a problematização no campo léxico organizacional da BNCC e do currículo do Estado de São Paulo.

Nesta direção, nos questionamos sobre quais projetos de sociedade estão presentes nos currículos prescritos, em especial sobre o ponto de vista da pluralização e trabalho com as diferenças, em especial as étnico-raciais? Tal problematização ganha relevância no contexto de “novas” reformas (ou contrarreformas), de cunho neoliberal, que priorizam funções econômicas, ao processo de desenvolvimento humano, regional e nacional. De forma, por vezes, confundir ou silenciar demandas sociais para não avançar na promoção de garantias constitucionais do Estado democrático de Direito.

Ao analisarmos a política curricular no Brasil, percebemos que várias formas de implementação de uma perspectiva intercultural funcional e uma despolitização que oculta os processos e

* Professora Doutora da Universidade de Taubaté - Programas de Mestrado em Educação e em Desenvolvimento Humano - e do Centro Universitário do Sul de Minas – Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional.

** Bolsista de Iniciação Científica (CNPq - PIBIC) estudante do Curso de Licenciatura em História, da Universidade de Taubaté.



lutas históricas em torno de algumas temáticas. Isso é o que ocorre com o significativo diversidade (FERREIRA, 2020), que apagam lutas mobilizadas por movimentos sociais negros, quando de sua presença nos documentos que estabelecem currículos em nível federal e estadual - no caso do estado de São Paulo. Tais currículos apresentam uma razoável incidência, contudo os significados fixados nestes documentos ao referente às relações étnico-raciais pouco têm relação com as lutas pela inclusão e pelo trabalho com a diferença e processos de descolonização (QUIJANO, 2005, WALSH, 2009 e 2012), em especial no que toca os conteúdos relacionados ao componente curricular História.

Materiais e métodos

Para discorrer sobre o presente estudo, a pesquisa se apoiou em uma metodologia de abordagem qualitativa (GHEDIN; FRANCO, 2011), com objetivo descritivo, fundamentada em procedimentos técnicos de modalidade bibliográfica e de caráter documental (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009).

O estudo baseia-se, portanto, na leitura, fichamento e análise dos textos de dois documentos de currículo oficiais elaborados pela federação e pelo estado de São Paulo, a saber: Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2019) e Currículo Paulista (SÃO PAULO, 2019). Em especial, com recorte no componente curricular história focando, para esta apresentação, unidades temáticas e habilidades presentes no currículo referente ao sexto ano do Ensino Fundamental. A pesquisa pretende analisar todo o currículo do Ensino Fundamental.

Discussão dos resultados

Após leitura interpretação e análise dos dois documentos pudemos perceber que pouco ou nada se fala sobre as questões das relações étnico raciais no sexto ano do ensino fundamental, no que se refere ao conteúdo curricular de História.

O primeiro apontamento necessário para a interpretação destes 2 documentos é que se estruturam de forma semelhante, em unidades temáticas e habilidades - numeradas também de maneira parecida - que seguem uma lógica da cronologia clássica difundida na experiência do ensino de história, nas escolas brasileiras. Assim seguindo esta cronologia os estudos do sexto ano iniciam com discussões sobre o que é história vida de povos originários e sociedades da antiguidade.

Após realizarmos seleção dos poucos trechos que dão a abertura para o trabalho sobre as questões étnico raciais encontramos os dados que seguem. Nos conteúdos referentes ao

sexto ano do ensino fundamental localizamos apenas 2 referências que podem ser cruzadas com a ideia de diversidade e educação para as relações étnico raciais.

Se compararmos o texto da BNCC referente à unidade temática, do sexto ano, “História: tempo, espaço e formas de registros” (BNCC - EF06HI01) a (BNCC - EF06HI06) e o texto do Currículo Paulista - PC referente à “Unidade Temática, História: tempo, espaço e formas de registros”, (CP - EF06HI01A a CP - EF06HI06). Podemos compreender que ambas as habilidades (BNCC - EF06HI01 e PC - EF06HI01C) falam em periodização, e sobre a questão do tempo. Contudo na BNCC a temática é ampliada nas habilidades sem que se faça nenhuma reflexão sobre diferentes construções sociais da leitura do tempo. No Currículo de SP, há uma indicação para uma análise cultural de acordo com a sociedade e de seu respectivo contexto histórico. A BNCC traz em aberto, a noção de tempo e periodização dos processos históricos, suas continuidades e rupturas, enquanto o Currículo Paulista traz a periodização do tempo no recorte cronológico, da natureza e histórico. Quanto os objetos do conhecimento, ambas, apresentam o mesmo texto “a questão do tempo, sincronias e diaconias: reflexões sobre o sentido das cronologias.

Outras habilidades selecionadas como aberturas para o trabalho da diversidade em uma perspectiva étnico racial estão expressas nesta mesma unidade temática, nas habilidades (BNCC - EF06HI02 e CP - EF06HI02B). Nelas são expressas diversas formas de se fazer o registro histórico. O Currículo Paulista indica dos diferentes tipos de linguagens (visual, oral, escrita, audiovisual, material e imaterial) em diferentes sociedades e épocas. Podendo se analisar que o currículo do Estado de São Paulo amplia as habilidades a serem implementadas no ensino com base na BNCC.

Importa dizer que no currículo Paulista a unidade subsequente, intitulada: “Unidade temática, A invenção do mundo clássico e o contraponto com outras sociedades” aponta aberturas ao indicar que outras sociedades podem ser estudadas “África, Ásia e Américas” (EF06HI07A) ou “Tradição oral, transmissão da memória, África, Ásia e Américas” (CP - EF06HI07B).

Contudo, mesmo aparecendo a referência a outros continentes para além da Europa, é preciso observar que coloca se na perspectiva que tais continentes são “outros” continentes. Assim, é possível compreender que esta situação pode permitir que se leia a diferença e a existência do outro como elemento incontornável, que, em função do jogo político pode ser antagonizado como “adversário” ou como “inimigo” (GABRIEL, 2013), sem que se destaque a importância das diferenças como elemento de constituição de identidades (SILVA, 2014). Os documentos parecem buscar, portanto fixar um “Eu” e o “Outro”, ambos essencializados, sem relação com uma coletividade e a diversidade que constitui os sujeitos.

Considerações finais

O que ora se apresenta são resultados ainda iniciais de pesquisa em andamento. Sendo assim, essas considerações preliminares apontam para a busca por fixar um sentido difuso e esvaziado para o significante diversidade, estabelecendo que a (re)educação para as relações étnico-raciais em uma perspectiva da interculturalidade funcional, implicando na promoção de silenciamento, ocultamento e apagamento de pautas históricas de movimentos sociais.

Os sentidos atribuídos ao significante diversidade, no que se refere a relações étnico-raciais, são de intensidade diferentes nos textos dos dois documentos, em especial, no recorte do componente curricular de História. Mas em ambos é possível verificar movimentos de re-contextualização que conferem o papel de um híbrido ao significante, o que implica em seu esvaziamento, principalmente, no que tange às dimensões política e formativa do ensino de História.

Esse esvaziamento também indicou um afastamento das demandas apresentadas pelos movimentos sociais, uma vez que o projeto de identidade presente na BNCC reforça uma concepção de Sujeito Universal, marcada pelo antagonismo entre eu e Outro que, ao não destacar lutas e protagonismos na história brasileira, traz indícios de um olhar etnocêntrico e excludente (SANTOS, RIBEIRO, ONÓRIO, 2020, p.975).

Ou seja, tal compreensão, intencional e funcional, faz com que a multiplicidades de sentidos adotada nesses currículos passem a fixar e naturalizar, sem provocar mudanças estruturais necessárias e reforçando um caráter neoliberal para o ensino de história ou mesmo para a educação, na contemporaneidade.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular* (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio). Brasília: MEC/SEF, 2019. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 04 jul. 2022.

FERREIRA, W. B. O conceito de diversidade na BNCC Relações de poder e interesses ocultos. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 9, n. 17, p. 299-319, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://www.esforce.org.br>. Acesso em: 28 jun. 2022.

GABRIEL, C.T. O “Outro” como elemento incontornável na produção do conhecimento histórico. In: MONTEIRO, A. M.; PEREIRA, A. A. (org.). *Ensino de história e culturas afro-brasileiras e indígenas*. Rio de Janeiro: Pallas, 2013, p. 287-312.

GHEDIN, E.; FRANCO, M.A.S. *Questões de método: na construção de pesquisa em educação*. São Paulo: Cortez, 2011.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Argentina: Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, set. 2005.p. 227-278.



SÁ-SILVA, J.R.; ALMEIDA, C.D.; GUINDANI, J.F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, Natal, Ano I, n.1, p. 1-15, jul. 2009. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/38143476/Analise_Documental-libre.pdf?1436473554=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DPesquisa_documental_pistas_teoricas_e_me.pdf&Expires=1683034253&Signature=XRfB5XuZ7HR~6dSOxYE0JvwPkDllo63VdAJvGUVMeHyxuwjSkYfir3O5ZTBDb0DQdseXI8D99fF1dgnOM64zbxVp0WYAEeeA~VH3-T1FVAvABu0tFCeAr62bO0Q6j0Au2916fezhCJi0Z7Eo6P7VgGmZGzcl8JwV~H9mSTkX7FFI rM72CUVnTi6mD59qavfedBfelo5Cheh4s7MfwYzazj5KBZ5Bv-7zeZ0xXS5dFnAs-MwGk6bXYQ-crExkuZTpk5d6FVMY5lw9KPnjVWiVYi-F~S7eYBa1nKJ~r2I0X9ARvbXPxH0nMQuQnMYgywbYFTwzopkgfnFsWWG1aD0w_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em: 27 abr. 2023.

SANTOS, M.A.; RIBEIRO; S.L.S.; ONÓRIO, W.O. Ensino de História na Base Nacional Comum Curricular (BNCC): sentidos de diversidade nos anos iniciais. *Revista on line de Política e Gestão Educacional*, Araraquara, v. 24, n. esp. 2, p. 961-978, set. 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/6377/637766276003/637766276003.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2023.

SÃO PAULO. Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. *Currículo Paulista*. São Paulo: SE, 2019. Disponível em: <https://efape.educacao.sp.gov.br/curriculopaulista/>. Acesso em: 27 abr. 2023.

SILVA, T. T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. (org.). *Identidade diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Editora Vozes, 2014. p. 73-102.

WALSH, C. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, V.M. (org.). *Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas*. Rio de Janeiro: 7letras, 2009. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/13582/13582.PDFXXvmi....> Acesso em: 27 abr. 2023.

WALSH, C. *Interculturalidad y (de)colonialidad: perspectivas críticas e políticas*. Visão Global, Joaçaba, v.15, n.1-2, p.61-64, jan./dez.2012. Disponível em: https://r.search.yahoo.com/_ylt=AwrNaDRGA1FkiQYNYnznz6Qt.;_ylu=Y29sbwNiZjEEcG9zAzEEdnRpZAMEc2VjA3Ny/RV=2/RE=1683059655/RO=10/RU=https%3a%2f%2fportalperiodicos.unoesc.edu.br%2fvisaoglobal%2farticle%2fdownload%2f3412%2f1511/RK=2/RS=pZvePTq8r4VQHn_LH5vXDY5bYYQ-. Acesso em: 27 abr. 2023.